

O setor segurador como pilar do sistema económico e financeiro

A indústria seguradora e dos fundos de pensões é uma atividade económica determinante de qualquer país, faz parte do sistema financeiro e possui determinadas características específicas, tendo em conta as prestações de serviços originadas pela existência de riscos económicos (atuais ou futuros) que afetam os indivíduos, as empresas e a sociedade em geral.

Uma das suas principais funções assenta na cobertura de potenciais riscos dos tomadores de seguros, cobrando um preço (prémio), calculado com bases em técnicas atuariais, que permite, em caso de sinistro, satisfazer as indemnizações preestabelecidas com esses tomadores. Conjuntamente com uma outra função básica -a intermediação financeira- este setor surge como um dos pilares do sistema financeiro.

A componente financeira do setor segurador consiste, por um lado, em fazer o transvase de entidades que têm excesso de fundos para outras que carecem deles e, por outro, em transferir os fundos captados em unidades económicas aorradoras (economias domésticas e empresas) para setores produtivos da economia e investidores, pela importante formação de stocks de capital (património próprio e provisões técnicas).

O mercado de seguros em Portugal registou, em 2012, um volume de prémios de seguro direto de 10 909 milhões de euros, que representou um decréscimo de 6,3 % em relação ao ano anterior.

A principal causa desta diminuição residiu no negócio de Vida, que viu baixar a sua produção em 8,1%, alcançando um volume de prémios de 6 922 milhões de euros, devido principalmente à necessidade de desalavancagem dos bancos que tiveram de reorientar a sua comercialização para produtos que melhorassem os seus balanços, como os depósitos a prazo.

Por outra parte, nos seguros Não Vida a descida foi menos acentuada, 3% em prémios, fixando-se nos 3 987 milhões de euros. Mais um ano em que a menor atividade comercial e industrial, devido à crise económica, à contração da procura e à forte concorrência existente na maioria dos ramos contribuíram, negativamente, para esta redução, ainda que pequena.

O setor continuou, em 2012, a estar condicionado pela complicada situação económica internacional, com especial ênfase na zona do euro, e os modestos resultados dos investimentos, que continuarão a ser afetados pelas baixas taxas de juros e por algumas mudanças normativas, factos que representarão um importante desafio para as seguradoras.

No ramo Vida, no nosso País, a situação está especialmente complicada pelo panorama que se vive no setor bancário. As vendas através do canal bancário que representaram, em 2011, 59% do volume de prémios, continuaram, em 2012, uma transformação em sintonia com a reordenação do sistema bancário, devido às exigências que este tem de assumir para cumprir com os níveis de solvência que lhe são exigidos.

Nos ramos Não Vida, também são muito complicadas devido à débil situação económica que vivemos no país, com um elevado nível de desemprego, um alto nível de endividamento das famílias, empresas e sérias dificuldades de acesso ao financiamento bancário. Dentro deste contexto recessivo, agravado por políticas de ajustamento destinadas a restabelecer o equilíbrio orçamental num curto espaço de tempo, as seguradoras têm-se confrontado com uma menor procura por falta de matéria segurável originada pela diminuição do rendimento das famílias e de uma menor atividade empresarial, uma grande concorrência de preços na maioria dos ramos Não Vida e, ainda, uma menor rendibilidade financeira como consequência das baixas taxas de juro.

Apesar das dificuldades existentes, o setor segurador em Portugal continua a evidenciar solidez e apresenta níveis de solvência confortáveis, apesar das fracas margens alcançadas nas suas contas de resultados.

O nível de ativos geridos pelas seguradoras ronda os 48 mil milhões de euros pelo que, se lhe juntarmos os 14,5 mil milhões geridos pelos fundos de pensões, alcançamos o relevante número de 63 mil milhões de euros (cerca de 40% do PIB). Cerca de 70 % encontra-se investido em ativos de longo prazo, seja em dívida pública ou privada, para corresponder à natureza do risco segurador, primordialmente de longo prazo dado que, desde que um cliente contrata, por exemplo, um seguro de vida-poupança até ao vencimento do contrato, podem decorrer mais de 20 anos. Por conseguinte, a seguradora deve investir em ativos seguros a longo prazo, que lhe permitam assegurar que o cliente receberá no futuro a prestação garantida.

Não obstante, para explorarem devidamente as suas potencialidades, será necessário que as seguradoras ofereçam produtos com elevados níveis de inovação e adaptabilidade, que diversifiquem os seus canais de distribuição e, naturalmente, que vigiem a solidez dos seus balanços.

É, também, essencial que o equilíbrio entre a maturidade dos ativos face aos passivos não seja afetada por intervenções regulatórias que afetem o nível de liquidez dos produtos e a estabilidade dos contratos.

Assim, quer pela sua importância para a estabilização económica, bem como pela dimensão dos ativos financeiros por si geridos, o setor segurador e dos fundos de pensões contribui fortemente para o desenvolvimento económico e financeiro do país.

José Figueiredo Almaça

Presidente do ISP - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões